



Ponto de Cultura Kirka: m estudo das perspectivas de mídia cidadã¹

Camila Dourani de Arruda²

Ilka Margot Goldschmidt³

Mariângela Torrescasana⁴

Resumo

O objeto desta pesquisa é a oficina de cinema desenvolvida pelo Ponto de Cultura da Organização Não Governamental, Kirka O som das árvores, através do Projeto Imagem e Ação Jovem. Esta pesquisa buscou entender como o Ponto de Cultura está inserido na vida dos adolescentes, de 12 a 15 anos, participantes da oficina de vídeo, na perspectiva da prática da mídia cidadã, passando pela democratização da cultura. A pesquisa foi desenvolvida através de observação não participativa das oficinas e entrevistas com os envolvidos na oficina. Os adolescentes tiveram acesso a instrumentos para produção audiovisual através da construção de roteiro e gravação de vídeos, e percebem-se como comunicadores, inseridos em todo o processo. Entretanto, a autonomia crítica do adolescente fica comprometida pela limitada valorização do diálogo e da reflexão acerca da prática.

Palavras chave: Adolescente; Cultura; Mídia Cidadã.

1. Introdução

O presente artigo trata de um estudo sobre o Ponto de Cultura da Organização Não Governamental Kirka⁵ e sua relação com a prática da mídia cidadã nas oficinas de cinema e vídeo ministradas para crianças e adolescentes da periferia de Chapecó. A oficina é desenvolvida pelo Ponto de Cultura dentro do Projeto Imagem e Ação Jovem. O objeto desta pesquisa é a oficina de vídeo realizada pelo Ponto de Cultura no Verde Vida⁶, Programa Oficina Educativa, no primeiro semestre de 2011.

¹ Artigo resultante do projeto de pesquisa apresentado ao Edital N. 036/REITORIA/2011 – Bolsas de Iniciação Científica para Núcleos de Iniciação Científica.

² Acadêmica do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Bolsista de pesquisa do Núcleo de Iniciação Científica em Mídia Cidadã. camiaruda@unochapeco.edu.br

³ Professora do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo da Unochapecó e coordenadora do Núcleo de Iniciação Científica em Mídia Cidadã. ilka@unochapeco.edu.br

⁴ Professora do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo da Unochapecó e pesquisadora do Núcleo de Iniciação Científica em Mídia Cidadã. mariangela@unochapeco.edu.br

⁵ A ONG Kirka, O Som das Árvores, foi instituída no dia 25 de outubro de 2000. Tem sede administrativa em Chapecó, Santa Catarina.

⁶ Organização Não-Governamental que atua desde 1994 no município de Chapecó, o Verde Vida desenvolve u um trabalho social, educacional e ambiental. Disponível em <http://www.verdevida.org.br/>



A pesquisa buscou analisar de que forma as oficinas possibilitam o acesso dos adolescentes aos instrumentos de comunicação audiovisuais e se o uso cumpre o papel de democratizar a comunicação e a cultura. O trabalho foi desenvolvido a partir do olhar acerca do envolvimento do jovem nas atividades propostas pelo Ponto de Cultura, especificamente quanto ao processo de apropriação dos recursos audiovisuais, formação cultural e de socialização. Para compreender o processo de desenvolvimento das oficinas, o pesquisador se manteve na posição de observador e espectador sem se envolver diretamente com o objeto da observação.

Além disso, foram aplicados dois questionários aos adolescentes a fim de compreender seu envolvimento com as atividades e a relação que estabelecem entre mídia e cidadania. Apesar da amostra de jovens entrevistados não ser tão vasta, há recorrências que contribuem para a formulação de leituras e interpretações comuns a respeito da vivência dos jovens.

Referencia esse estudo, o pesquisador latino americano Jesus Martin Barbero, ao identificar que os estudos de comunicação não devem se limitar sobre as suas especificidades técnicas, mas sobre o lugar em que a comunicação reside no campo da cultura. “A comunicação se tornou para nós questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de reconhecimento, mas reconhecimento” (MARTIN-BARBERO, 1997, p.06). Saindo da centralidade da esfera que avalia apenas a “mera circulação de informações” dos meios comunicacionais – na qual o receptor é apenas “decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem” – e partindo para o ponto em que ele passa de mero decodificador a “produtor”. (MARTIN-BARBERO, 1997, p.06)

2. Mídia cidadã

A comunicação é mediada por meios instituindo redes de transmissão de informação entre os indivíduos baseadas muitas vezes em processos comerciais. Segundo Peruzzo, os povos do Brasil e de outros países da América Latina não têm tradição de participação nestes processos e nem em processos decisórios. Aliado a isto está a reprodução de valores autoritários, a falta de conscientização política, entre outros. Melo (1976 apud Mídia Cidadã, Utopia Brasileira. 2006, p.23) alerta que esse processo anula completamente o estímulo à participação que a engrenagem midiática provoca nas audiências, tendo em vista a ausência da cidadania. A partir disto, contingentes humanos mantêm-se à margem do desenvolvimento econômico e social.



A apropriação dos meios de comunicação dá aos seus detentores o poder simbólico, definido por Thompson (2002) como algo que nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. O autor comenta que o “poder simbólico” tem uma capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas. O poder simbólico exercido pela grande mídia torna-se silenciador na medida em que esta é pautada por critérios hegemônicos e motivações externas às comunidades. Este contexto suscita esforços de reflexão coletiva sobre a construção de alternativas, catalisando as ambições da cidadania e fomentando a intervenção de novos sujeitos emissores.

A mídia cidadã busca construir uma alternativa a um olhar totalizante dos meios e processos, sobretudo, relacionados a grupos sociais ideologicamente minoritários no Brasil, pois, são fundamentalmente importantes para legitimar certo tipo de exclusão midiática. Peruzzo conceitua comunicação comunitária como algo que diz respeito a um “processo comunicativo que requer o envolvimento das pessoas de uma ‘comunidade’, não apenas como receptoras de mensagens, mas como protagonistas dos conteúdos e da gestão dos meios de comunicação” (2003, p.246). A partir deste processo a participação efetiva na comunicação se faz como um mecanismo facilitador e ampliador da cidadania, uma vez que resulta em um processo educativo, sem se estar nos bancos escolares.

Nesta nova concepção de mídia, segundo Peruzzo (2002), abre-se a possibilidade do cidadão educar-se através de seu engajamento em atividades concretas no seio de novas relações de sociabilidade. Para Barbero (1997), na prática cidadã da mídia há uma saída da centralidade da esfera que avalia apenas a “mera circulação de informações” dos meios comunicacionais – na qual o receptor é apenas “decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem” – e parte-se para o ponto em que ele passa de mero decodificador a “produtor”. Essencialmente, essa comunicação a partir do social busca alterar o injusto, alterar o opressor, alterar a inércia histórica que impõe dimensões sufocantes, através de uma vocação libertadora que se nutre por uma multiplicidade de experiências comunicativas.

Mário Kaplún, ao referir-se ao fenômeno da comunicação popular e alternativa, afirma tratar-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista” (1985, p.07). Ressaltando os aspectos educativos desse tipo de processo de comunicação, o autor esclarece que as mensagens são produzidas



“para que o povo tome consciência de sua realidade” ou “para suscitar uma reflexão”, ou ainda “para gerar uma discussão”. Os meios de comunicação, nessa perspectiva, são concebidos, pois, como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador” (Kaplún,1985, p.07). Assim, a atuação da comunicação comunitária e o desenvolvimento de instrumentos de comunicação alternativos devem se opor aos meios de comunicação de massa e ao modelo vertical de comunicação, já que são feitos pela e para a comunidade.

Para Paulo Freire (1992, p. 70) a comunicação verdadeira não está simplesmente na transmissão de conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua co-participação no ato de compreender a significação do significado, formando uma comunicação que se faz criticamente. O sujeito envolvido neste processo participativo e crítico da comunicação tende a mudar o seu modo de enxergar a realidade e de relacionar-se com ela. Tende a agregar novos elementos à sua cultura.

O estudo da comunicação popular redefiniu os marcos da problemática da comunicação: durante muito tempo, falar de comunicação significou falar de meios, canais, mensagens. **Agora falar de comunicação popular implica falar de cultura, de relação.** E necessita para tanto, da interdisciplinaridade em seu sentido mais profundo [...] A redefinição do popular permitiu pensar a diversidade e a pluralidade e re-valorizar a relação entre comunicação de massa e comunicação popular. (BERGER apud PERUZZO, 1998:30-31).

3. Ponto de Cultura

Os Pontos de Cultura fazem parte das diretrizes políticas que compuseram o discurso e a prática da Política Cultural⁷ do Ministério da Cultura durante a Gestão do Ministro Gilberto Gil. De acordo com o Ministério da Cultura⁸ esses espaços são entidades reconhecidas e amparadas financeira e institucionalmente pelo governo e realizam ações de impacto sócio-cultural em suas comunidades. Segundo dados do MinC , em abril de 2010 existiam quase quatro mil Pontos de Cultura distribuídos em 1.122 cidades brasileiras. Essa proposta não se caracteriza por um único modelo, nem

⁷ Segundo o Dicionário crítico de política cultural e imaginário, compreendemos política cultural como “[...] programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.” (COELHO, 1997, p. 293).

⁸ Dados disponíveis em <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura>



de instalações físicas, nem de programação ou atividade. O convênio com o Ministério da Cultura repassa ao Ponto uma quantia em torno de R\$ 185 mil, em cinco parcelas semestrais, para investir no projeto.

O projeto surge dentro do Programa Cultura Viva que propõe a criação de uma iniciativa governamental executada de forma descentralizada, que articula as diferentes esferas do poder público e integra a cultura com a comunicação. Também é observada a perspectiva cidadã de promover a inserção de grupos sociais, o apoio às expressões culturais e a conexão entre cultura e educação. A partir disto, em julho de 2004, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura (SPPC/MinC) criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. O acesso ao programa ocorre por meio de editais públicos que convidam instituições privadas e públicas de caráter cultural, como organizações sem fins lucrativos da sociedade civil, a apresentarem projetos nas cinco ações do programa: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agente Cultura Viva, Griô Nacional e Escola Viva.

O antropólogo Clifford Geertz (1989), apresenta a cultura como um sistema entrelaçado de símbolos compartilhados pelos atores sociais, por meio dos quais eles se comunicam, desenvolvem seu conhecimento e encontram sentido nos acontecimentos e nas atividades em relação à vida. De acordo com Geertz (1989) a cultura, compreendida em seu sentido ampliado, extrapola o universo artístico e reúne a construção coletiva de práticas, comportamentos, ações e instituições que fundam a organização social.

A Kirka em parceria com o Ministério da Cultura e a Secretaria de Estado da Cultura de Santa Catarina, implantou em Chapecó um Ponto de Cultura com o projeto Imagem e Ação Jovem. A entidade está localizada no Bairro Seminário. O Ponto de Cultura propõe atingir adolescentes entre 12 e 18 anos, que vivem em uma situação de risco social, na sua totalidade estudantes das redes públicas de ensino. O Ponto de Cultura teve início em 2010. Durante o primeiro ano as atividades com cinema e vídeo eram desenvolvidas com adolescentes no próprio Ponto, no bairro Seminário.

Neste ano, o projeto Imagem e Ação Jovem deixou de ser realizado nas dependências do Ponto de Cultura, no bairro Seminário. O Ponto de Cultura alegou que não havia participantes suficientes para terminar a oficina de cinema iniciada em Outubro de 2010. A partir disso ficamos o mês de fevereiro sem objeto concreto para a pesquisa, já que não se definia onde seriam realizadas as oficinas da Kirka. Em março oficinas de vídeo começaram a ser ofertadas para funcionários de uma empresa de Saudades. Porém, este público foge da problematização da pesquisa, já que o público



alvo da pesquisa é adolescente em uma perspectiva de mídia cidadã. Ao mesmo tempo a oficina de Cinema foi levada também para a Aldeia Toldo Chimbanguê. Na aldeia, as atividades eram semanais e realizadas em um período de tempo curto para o desenvolvimento da pesquisa. Todavia, como este era o trabalho desenvolvido pela Kirka que mais se aproximava da proposta inicial do projeto de iniciação científica iniciamos um trabalho de busca por referencial bibliográfico sobre o tema indígena para utilizá-lo como objeto de pesquisa. Em março, porém, o Ponto de Cultura firmou um convênio com a ONG Verde Vida.

Além das atividades desenvolvidas no Verde Vida, o Ponto de Cultura executa oficinas de cinema e fotografia na cidade de Saudades e na Aldeia Toldo Chimbanguê. Basicamente, as ações do Ponto de Cultura têm como finalidade realizar cursos semestrais de cinema e fotografia, seguido da exposição dos trabalhos. Dessa forma, o projeto da Kirka pretende incluir no currículo de 300 crianças e adolescentes carentes o conhecimento sobre cinema e fotografia.

4. Bairro São Pedro

O bairro São Pedro, onde são executadas as atividades do Ponto de Cultura Kirka, é historicamente um dos mais carentes de Chapecó.

A história do Bairro São Pedro começa nos anos 1950. Na época, Chapecó ainda estava em processo de colonização. Mais do que o poder público, a empresa colonizadora assumia a responsabilidade pelo espaço urbano, organizando-o de modo que a área central ficasse “limpa” da miséria. Foi nesse período que o bairro começou a se constituir (...). A população do bairro aumentava a cada dia, sem a menor infra-estrutura, como água encanada ou luz elétrica. (...) A região do Bairro São Pedro compreende, hoje, uma área formada por três bairros (São Pedro, Bom Pastor e Boa Vista) e mais oito vilas e loteamentos, com uma população estimada em sete mil pessoas. (SPESSATO, 2008)

A narrativa do bairro se consolida num processo de supressão. A história oficial apresenta uma única versão dos fatos, além de ser única, se institui como a verdadeira. Dessa forma nega outras histórias, na maioria das vezes nega versão das comunidades que vivem no bairro. A forma pela qual as autoridades locais apresentam o bairro na mídia é reveladora da subjetividade cultural que atribui aos próprios moradores a responsabilidade pela imagem caótica do mesmo. As identidades sociais se constituem, portanto, a partir das relações hierárquicas estabelecidas. Nesse sentido, para Certeau, o



bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública. (1996, p. 44)

O bairro aparece nos veículos de comunicação, entretanto a homogeneização das informações inviabiliza a identificação real da população. Barros (1997, p.30) afirma que a noção de formação cultural nas sociedades contemporâneas passa por intermediações complexas que ocorrem através da comunicação interpessoal, grupal e massiva e que aumentam na medida em que se ampliam as novas tecnologias.

Os meios de comunicação seriam o campo no qual os diferentes grupos poderiam expor as suas visões acerca de si mesmas e dos outros, já que a mídia possui a capacidade de estabelecer um diálogo entre os mais variados grupos sociais. A homogeneização da comunicação priva a sociedade de ler, ver ou ouvir outras versões e, ainda, de manifestar a própria opinião.

5. Imagem e Ação jovem na prática

Inicialmente a turma da oficina de vídeo era composta por quatorze alunos. A carga horária da oficina consiste em quatro horas semanais com funcionamento até dezembro deste ano. As visitas ao Verde Vida ocorreram periodicamente às quartas-feiras pela manhã para uma observação não participativa das atividades. A metodologia das oficinas foi modificada devido a troca doicineiro. A princípio, o primeiro a ministrar as aulas fez uso de recursos especialmente práticos para ministrar as aulas. Observou-se que os adolescentes tinham acesso a câmeras de vídeo e fotografia para registrar o que acontecia durante o período da oficina, isto é, enquanto o "professor" (assim era chamado oicineiro pelos adolescentes) passava algum conteúdo teórico, dois ou três adolescentes utilizam as câmeras para filmar e fotografar as atividades dos colegas. Entretanto, foram poucas às vezes observadas em que houve um pensar crítico sobre esta prática. A mídia cidadã propõe que além de tornar o público sujeito da ação, a iniciativa deve estimular a reflexão sobre a produção midiática e cultural, já que lhes é oportunizado a produção artística e midiática.

A partir do momento em que houve a troca deicineiro, um funcionário da Kirka, que trabalha também no Projeto Imagem e Ação Jovem, auxiliou nas aulas. O segundoicineiro optou por priorizar os conceitos acerca do audiovisual. Observou-se nas aulas um detalhamento de questões técnicas como enquadramento e movimento de



câmera, com teoria e também exemplos práticos de como utilizar estas técnicas. Durante este momento das oficinas foram especificados conceitos para construção de roteiros e storyboard. Um momento de intensa participação dos adolescentes e explicação do professor. Todavia, o mesmo problema foi observado. Embora os adolescentes fossem sujeitos da ação, eles não eram motivados a analisar, contextualizar ou questionar, a não ser quando pensavam o roteiro do vídeo e sugeriam temas relacionados a realidade social do bairro São Pedro e das proximidades. A formação de cidadãos críticos e aptos a serem sujeitos de uma mudança da realidade social só acontece quando a apropriação das tecnologias vai além da técnica e esses recursos contribuem para a formação cultural. O conjunto que leva à cidadania, conforme Peruzzo (2001, p 111-128) é adquirido a partir da práxis, isto é a prática mais a teorização/reflexão sobre a mesma.

Assim, o domínio da linguagem do vídeo não é, nem de longe, um domínio apenas da técnica, dos movimentos de câmera, mas a compreensão dos inúmeros outros aspectos, onde o assunto, os objetos, as falas, as pessoas que estão sendo gravadas são o mais importante. (SANTORO, p. 105, 1989).

Foram aplicados dois questionários aos adolescentes. O primeiro questionário traça um perfil do grupo, respondido por sete adolescentes mostra que a renda familiar dos participantes do projeto não excede a quantia de quatro salários mínimos. Os alunos têm entre 12 e 15 anos e residem no Bairro São Pedro ou em bairros próximos com características econômicas e sociais semelhantes. Dos sete adolescentes que responderam ao questionário metade ficou sabendo das oficinas do Ponto de Cultura através do Verde Vida, enquanto a outra metade soube do projeto por meio de indicação de amigos. Em todos os casos há uma afirmativa quanto à ciência da família da participação dos adolescentes na oficina de vídeo. O fator determinante para os adolescentes participarem do programa ficou evidenciado como a busca por uma oportunidade de emprego. Os adolescentes demonstram uma profunda preocupação acerca do mercado de trabalho e vêem na oficina de vídeo uma alavanca para conseguir uma vaga profissional. Muitos participam na esperança de ser indicado para um posto de trabalho.

De modo geral, o bairro São Pedro é visto como uma periferia, termo relacionado à pobreza, desprestígio, e, por extensão, invisibilidade. Por essa razão, os grupos sociais que habitam os espaços periféricos são tidos como “minoritários”. A designação inclui os recortes necessários para dispor populações ideologicamente



marginalizadas, tais como: raça e etnia, gênero, sexualidade, geração, classe entre outros. Minoria deve ser entendida em seu sentido sócio-antropológico, que diz ser o grupo que se encontra excluído das bases hegemônicas para limites identificatórios.

Isso fica perceptível no segundo questionário aplicado aos adolescentes que inclui uma pergunta acerca da visibilidade nos meios de comunicação do bairro em que residem. Os adolescentes afirmam que quando citado, o bairro é inferiorizado através do destaque à notícias negativas apenas. Como consequência há preconceito contra os moradores da localidade. A situação torna-se crítica diante da afirmação dos adolescentes de que o bairro aparece, sobretudo, superficialmente e erroneamente na mídia, ou não aparece, como evidencia a resposta de uma adolescente, participante da oficina:

Acho muito ruim o que a mídia fala sobre o meu bairro, acho que devem conhecer e depois comentar, pois muitas coisas que acontecem fora do bairro são noticiadas como se acontecessem no bairro. (Josimara Boita, 14 anos, em resposta ao questionário aplicado aos adolescentes participantes da oficina)

Outra adolescente afirma no questionário que "os meios de comunicação falam mal do meu bairro, mas nosso bairro também tem seu lado bom. (Thelsy Kaline Falk, 12 anos)

A relação entre a cultura e a educação está no processo de elaboração do conceito de cultura, seja na acumulação e transmissão de conhecimentos, seja no sentido de desenvolvimento de linguagens e das formas de comunicação. Nesta pesquisa esta relação está no processo de reconhecimento de significados, através do qual os adolescentes constituem seu comportamento e desenvolvem capacidades artísticas, profissionais e críticas.

A discussão e a construção dos roteiros proporcionam esta vivência aos adolescentes. As histórias que serão filmadas no decorrer da oficina foram escritas pelos próprios adolescentes a partir da visão e conhecimento de mundo de cada um. Um programa de auditório organizado na oficina foi fruto da participação ativa dos membros da oficina. No programa, os adolescentes falaram sobre o ambiente em que estão inseridos, o Verde Vida. As pautas elaboradas englobaram temas relacionados ao funcionamento do Verde Vida e do Ponto de Cultura. Para as fontes, organizadas



também pelos adolescentes, foram confeccionadas perguntas para esclarecer o papel de cada um e a experiência pessoal com o Verde Vida.

É necessário tirar o foco da ferramenta (a “ferramenta para promover a transformação”) e dirigi-los aos processos de construção de conhecimento comunitário (...). O que está em jogo no atual cenário de convergência e digitalização das mídias (e não apenas do vídeo e da televisão) é a necessidade de que sejam criados espaços nos quais os indivíduos e grupos sejam desafiados a construir sentidos, em seu universo de interesses e relações, para o grande volume de informações e de aparatos tecnológicos com os quais se deparam cotidianamente. (ALMIR apud LIMA, p. 184 e 185, 2006).

Os adolescentes observados e submetidos aos questionários na oficina demonstraram essa percepção. Sete deles afirmaram que as práticas do Ponto de Cultura fazem com que eles se sintam como comunicadores. Uma inversão de papéis, pois aqueles que recebem os conteúdos midiáticos passam a produzi-los e se apropriar da posição ativa no processo comunicacional. Seis dos adolescentes demonstram isto quando afirmam que o público não deve apenas receber passivamente os produtos criados pelos meios de comunicação, do contrário devem opinar e agir diante disto. Uma das adolescentes respondeu a esta pergunta da seguinte forma: "As pessoas não deveriam apenas ler e assistir, deveriam ser mais participativos, dar suas opiniões, exercer seu papel" (Luana Freitas de Moraes, 13 anos).

Este exercício da cultura democrática, experimentado pela prática social da cidadania cultural, aponta para uma democracia cultural e se opõe à mercantilização da cultura. Um mecanismo indispensável na realidade destes adolescentes, já que cinco dos sete entrevistados alegam que nem eles nem a família têm acesso à atividades culturais. Aqueles que responderam positivamente à questão afirmam que a atividade é ver filme. O que caracteriza uma presença forte da indústria cultural na vida destes jovens. Os dois questionários apontam para um vínculo significativo dos adolescentes com os meios de comunicação tradicionais e homogeneizadores. Cinco dos sete entrevistados afirmam que as informações repassadas pela mídia auxiliam de alguma forma. Todos os adolescentes alegam que sofrem influência da mídia, sobretudo, pelas notícias transmitidas pela televisão, veículo de comunicação mais citado pelos participantes da oficina. Percebe-se uma limitada visão crítica da influência dos meios de comunicação na percepção dos adolescentes. Segundo eles, a influência dos *mass media*, sobretudo, está ligada a transmissão de notícias acerca da realidade, neste caso a maioria deles vêem os noticiários como um produto de qualidade.



6. Considerações Finais

A pesquisa procurou compreender as inter-relações entre as configurações da da mídia, da cultura e do exercício da cidadania. A mídia cidadã busca contribuir para uma formação participativa e não meramente um fazer mecânico. A ampliação da cidadania e mudança de realidade social, especialmente na perspectiva de vida dos adolescentes, depende da aproximação e compreensão do contexto em que estes estão inseridos.

A Oficina de Cinema e Vídeo do Ponto de Cultura Kirka gerou, inicialmente, uma aproximação entre os adolescentes da região do Bairro São Pedro e os assuntos que o cercam cotidianamente. Os roteiros construídos nas oficinas mostram isto. E olhar para a realidade ao redor, falar e discutir sobre é um exercício de cidadania. Estas são oportunidades para um grupo que está à margem da produção midiática, fomentar apropriações e experiências de participação coletiva no campo da linguagem audiovisual, redimensionando o uso de tal mídia com base nas questões apresentadas pelo sujeitos envolvidos.

Espera-se, a partir da conclusão deste trabalho, contribuir regionalmente com a construção do conceito de mídia cidadã, bem como divulgar e fortalecer a ideia de que os Pontos de Cultura foram criados para estabelecer um novo espaço de diálogo e difusão de conhecimento sobre a produção cultural preocupada com a formação e concretização da cidadania. Para isto, é necessário aliar a prática com o pensar sobre a ação, seja ela em vídeo ou em qualquer outra manifestação dentro do Ponto de Cultura. A efetivação da democratização da cultura se dá quando há uma mudança de perspectiva de vida dos envolvidos, quando se pensa, questiona e opina sobre a sociedade e sua relação com os meios de comunicação.

Percebe-se a necessidade de expansão e maior esclarecimento do conceito de mídia cidadã em projetos de Pontos de Cultura que se propõem a trabalhar com ferramentas de comunicação. Dessa forma, propicia-se o estabelecimento de estratégias e ações efetivas para a consolidação da mídia cidadã em espaços e realidades diversas. Hoje, há inúmeros meios alternativos à hegemonia do sistema midiático, mas para isto, não basta a formação tecnicista, é imprescindível um desenvolvimento crítico capaz de compreender e contextualizar. É necessário relacionar os conhecimentos. Este é o sentido de compreender. Apropriar-se deste conhecimento é o que faz da mídia cidadã libertadora, capaz de gerar um movimento de sujeitos participativos e autônomos.



A mudança de perspectiva destes adolescentes fica evidenciada quando eles sentem-se comunicadores. Estes mesmos adolescentes experimentam a oportunidade de ocupar um papel que antes não lhes era oportunizado, o de comunicar e não apenas ser receptor de informações e produtos culturais. A oficina proporciona os adolescentes exercer um papel de comunicador quando os mesmos definem pautas sobre o seu bairro, gravam e entrevistam pessoas próximas do contexto em que estão inseridas. Eles passam a fazer parte do processo como um todo: criação, produção, edição. Os espectadores passivos, podem se tornar produtores, uma prática de cidadania.

Expandir a proposta do Governo Federal na criação dos Pontos de Cultura é resgatar o agir político para as minorias estimulando a participação de quem sempre esteve à margem dos processos. Além disso, percebe-se que é possível utilizar mecanismos para a democratização da cultura, desde que a cultura hegemônica seja pensada, discutida e analisada. Só desta forma, com uma participação efetiva, os Pontos de Cultura podem ser uma saída à massificação oferecida pela grande mídia. A participação em ações culturais é uma forma de ampliar a capacidade crítica dos sujeitos e diversificar as expressões da identidade cultural.

7. Referencial Bibliográfico

BERGER, Christa. **A comunicação emergente: popular e / ou alternativa no Brasil.** São Paulo: Summus, 1989.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **Além dos Meios e Mensagens: Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

CHAUI, Marilena. **Cidadania Cultural.** São Paulo: EFPA, 2006.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural e imaginário.** São Paulo: Iluminuras, 1997.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.



IULIANELLI, Jorge Atílio Silva e FRAGA, Paulo César Pontes (org.). Jovens em Tempo Real. DP&A: Rio de Janeiro, 2003.

KAPLÚN, Mário. El comunicador popular. Quito: CIESPAL, 1985.

KIRKA, Projeto Imagem e Ação Jovem.

LIMA, Rafaela Pereira (org). Mídias Comunitárias, juventude e cidadania. Belo Horizonte: Autêntica/Associação Imagem Comunitária, 2006.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MELO, José Marques de, GOBBI, Maria Cristina e SATHLER, Luciano. Mídia Cidadã, utopia brasileira. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.
PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Comunicação nos Movimentos Populares: A participação na construção da cidadania. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. Revista Fronteiras estudos midiáticos. São Paulo, V.1, 2001.

SANTORO, Luiz Fernando. A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil. São Paulo: Summus. 1989.

SPESSATTO, Marizete Bortolanza. MÍDIA, EDUCAÇÃO POPULAR E CIDADANIA: uma experiência com a comunidade do Bairro São Pedro, em Chapecó-SC. Chapeco, 2008.